

Novos usos para a arquitetura bancária e a contribuição para a sustentabilidade do patrimônio

New uses for banking architecture and the contribution to sustainability of patrimony

Nuevos usos para la arquitectura bancaria y la contribución a la sostenibilidad de lo patrimonio

Janécia Aparecida Alves

Mestranda em Ambiente Construído, UFJF, Brasil
janercia.alves@arquitetura.ufjf.br

Frederico Braidá

Professor Doutor, UFJF, Brasil.
frederico.braidá@arquitetura.ufjf.br



RESUMO

Este artigo aborda a arquitetura das agências bancárias nacionais e as transformações ocorridas em sua espacialidade, considerando a temporalidade como fator que conduz à resignificação do espaço, influenciado pelo constante e permanente avanço tecnológico. O objetivo principal é compreender e evidenciar a lógica subjacente aos processos de permanência dos prédios das agências bancárias na paisagem urbana, bem como os novos usos frente à virtualização contemporânea dos serviços bancários, contribuindo de maneira sustentável para a perpetuação do patrimônio histórico. A metodologia utilizada toma por base a pesquisa bibliográfica e iconográfica, de caráter exploratório e qualitativo. Os resultados alcançados remetem ao levantamento sobre o uso inicialmente dado aos edifícios históricos estudados e sua posterior adaptação. Considera-se que a arquitetura simbólica contribui na perpetuação histórica, promovendo sustentabilidade ambiental e cultural para a sociedade à qual seja referência, além de fomentar a consolidação do patrimônio social.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura bancária. Conversão. Resignificação.

ABSTRACT

This article addresses the architecture of national bank branches and the transformations that have occurred in their spatiality, considering temporality as a factor that leads to the redefinition of space, influenced by the constant and permanent technological advance. The main objective is to understand and highlight the logic underlying the processes of permanence of bank branch buildings in the urban landscape, as well as the new uses in the contemporary virtualization of banking services, contributing in a sustainable way to the perpetuation of historical heritage. The methodology used is based on bibliographic and iconographic research, of an exploratory and qualitative nature. The results achieved refer to the survey on the use initially given to the historic buildings studied and their subsequent adaptation, considering their historical landmark. Symbolic architecture is considered to contribute to historical perpetuation, promoting environmental and cultural sustainability for the society that it is a reference, contributing to the consolidation of social heritage.

KEYWORDS: Banking architecture. Conversion. Resignification.

RESUMEN

Este artículo aborda la arquitectura de las sucursales bancarias nacionales y las transformaciones que han ocurrido en su espacialidad, considerando la temporalidad como un factor que conduce a la redefinición del espacio, influenciada por el avance tecnológico constante y permanente. El objetivo principal es comprender y resaltar la lógica subyacente a los procesos de permanencia de los edificios de sucursales bancarias en el paisaje urbano, así como los nuevos usos en la virtualización contemporánea de los servicios bancarios, contribuyendo de manera sostenible a la perpetuación del patrimonio histórico. La metodología utilizada se basa en la investigación bibliográfica e iconográfica, de carácter exploratorio y cualitativo. Los resultados obtenidos se refieren a la encuesta sobre el uso inicialmente dado a los edificios históricos estudiados y su posterior adaptación, considerando su hito histórico. Se considera que la arquitectura simbólica contribuye a la perpetuación histórica, promoviendo la sostenibilidad ambiental y cultural para la sociedad que es una referencia, contribuyendo a la consolidación del patrimonio social

PALABRAS CLAVE: Arquitectura bancaria. Conversión. Resignificación.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da temática da arquitetura bancária e as transformações ocorridas em seus usos com a passagem do tempo, incorporando contemporaneidade às suas funções, ainda que sua tipologia permaneça inalterada. A permanência dos edifícios bancários, recorrentemente caracterizados como construções ícones perante a espacialidade ocupada, transmite simbologia institucional, denotando o poder e segurança que são presumidos para as instituições bancárias (ABDALLA; OLIVEIRA, 2019, p. 14). Entretanto, diante de permanente alteração tecnológica, ofertada em muitas instâncias e para diversas atividades, nota-se a possibilidade de obsolescência dessas edificações, considerando o mundo virtualizado incorporado ao mundo financeiro.

Este artigo resulta de uma pesquisa que se apoiou na seguinte questão: qual a lógica subjacente à manutenção dos prédios das agências bancárias ao se verificar a crescente virtualização dos serviços prestados pelos bancos? Introduzir novas funções para esses espaços e, conseqüentemente, novos significados, impetra a perpetuação de construções-símbolo, representativas de importante legado histórico, permitindo ainda eficiente contribuição ambiental ao reutilizar espaços edificados em contraposição à demolição.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), os bancos constituem-se pela formação de estruturas complexas e de exigente regulamentação, cuja permanência no mercado passa por inovar, permanente desafio perante a clientela (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 4; 48). Para atender tal condição, mas sem ofertar riscos para sua estrutura, as instituições consideram implementar e aplicar os recursos mais avançados em tecnologia, vislumbrando evidenciar sempre seu mais valioso ativo: o cliente (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 4; 48).

Ainda segundo a FEBRABAN, os investimentos realizados pelas instituições financeiras em segurança cibernética e inteligência artificial encontram identidade nas atuais necessidades dos clientes. Dessa forma, busca-se permanente interação com o público através de maior oferta de produtos e serviços nos canais digitais, entregando serviços de qualidade, de forma ágil e dinâmica, aproximando-se das exigências do mundo contemporâneo (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 4; 48).

Segundo Lynch (2011, p. 124), “o próprio ambiente urbano está mudando rapidamente, acompanhando as transformações técnicas e funcionais”. São mudanças capazes de impulsionar as instituições bancárias a requalificarem também seu espaço físico, não somente o premente ambiente virtual ofertado, implementando então novas funcionalidades aos edifícios das agências, especialmente para aqueles cuja implantação corresponda a marco arquitetônico para sua comunidade.

Considera-se que a manutenção dos prédios bancários, tratando-se da arquitetura histórica envolvida em sua apresentação, seja também forma de materializar os conceitos requeridos por instituições financeiras (ABDALLA; OLIVEIRA, 2019, p. 24). Portanto, perpetuar sua presença através de novas funções incorporadas é maneira de se posicionar frente ao mercado. Destaca-

se que as instituições bancárias celebrizam as suas marcas ao explorar o que o lugar permite, mesmo que se implemente uma nova função (SEGRE, 2004, p. 56).

Para Jacobs (2018, p. 210), “o crescimento constante dos custos de construção intensifica a necessidade de prédios antigos”. Preservar o patrimônio erguido em outras eras conduz ao conceito de sustentabilidade ambiental, pois se ganha economicamente ao se evitar a demolição dessas edificações e, conseqüentemente, a não inclusão de um novo custo construtivo, deixando de acarretar conseqüências indesejáveis ao meio ambiente. Ganha-se, também, imaterialmente, ao se permitir que a memória das instituições se mantenha preservada, deixando um importante legado temporal, ainda que admitindo novos usos para esses espaços, trazendo dupla contribuição: ambiental e histórica.

Portanto, pode-se dizer que objetivo principal deste artigo é evidenciar a lógica subjacente aos processos de permanência dos prédios das agências bancárias na paisagem urbana, bem como acontecem os novos usos frente à virtualização contemporânea dos serviços bancários, contribuindo de maneira sustentável para a perpetuação do patrimônio histórico.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, tomou-se, por procedimento metodológico, pesquisa bibliográfica e iconográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54), trazendo por temática principal a arquitetura bancária e a temporalidade histórica por ela representada, sua importante relação com as cidades por meio da imponente presença arquitetônica e seus novos usos. Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa básica, de caráter exploratório e qualitativo (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas três agências bancárias que possuem, por características comuns: (1) o valor histórico, simbólico e arquitetônico de seus edifícios e (2) a resignificação de seus espaços via novos usos. As alterações, motivadas especialmente por crescente acompanhamento tecnológico do mercado no qual se inserem, apresentam-se convergentes ao sistema bancário e favorecem a compreensão dos novos usos da arquitetura bancária na contemporaneidade.

A argumentação principal da pesquisa apoia-se em objetos arquitetônicos empíricos que tiveram como principal utilização a atividade bancária em seus projetos originais e que mantiveram sua tipologia original. Porém, através de novos usos e funções tiveram sua permanência arquitetônica mantida na paisagem das localidades de suas implantações, trazendo a público novos significados.

As edificações selecionadas como objetos de estudo foram: (1) o Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo, (2) Caixa Cultural – Centro Cultural São Paulo; (3) o Banespa no Farol Santander, em São Paulo. Todas edificações foram construídas na primeira metade do século XX (1906, 1939 e 1947 respectivamente) e se aproximam pelo fato de terem abrigado agências bancárias de importantes instituições, todas localizadas no centro histórico da cidade de São Paulo (SP).

Os atuais usos das agências são fruto das alterações que datam entre final do século XX e início do século XXI, resultantes de virtualização no sistema financeiro, implicando em mudanças nas atividades bancárias. Os projetos foram analisados segundo critérios de localização, aspectos arquitetônicos, amparados na carga simbólica e histórica que as edificações deixaram como legado, contribuindo para a tangibilização dos valores das instituições através de sua arquitetura icônica. Resultante da análise tem-se a evidência de usos e funções das edificações, reflexões sobre a importância arquitetônica e a transcendência atemporal do espaço construído.

SUSTENTABILIDADE ARQUITETÔNICA

Segundo Lourenço (2015, p. 58), registra-se que a atenção relacionada à sustentabilidade surge através da conscientização sobre a preservação do meio ambiente, ocorrida após negativos acontecimentos ecológicos providos pelo desenvolvimento econômico desordenado. A autora ressalta que a cultura é também elemento sustentável, pois “além dos pilares ambiental, econômico e social, a dimensão cultural é a que perpassa pelos outros três, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a construção de um meio ambiente mais justo e equilibrado” (LOURENÇO, 2015, p. 58). Ainda que considerar a cultura como fator de sustentabilidade seja situação recente, torna-se importante sua inclusão, especialmente no tocante às políticas públicas. As políticas culturais utilizam-se de ferramentas próximas à subjetividade humana, integrando ações diversificadas da sociedade, transitando entre o novo e o antigo criativamente (LOURENÇO, 2015, p. 59).

Oosterbeek (2015, p. 24) ressalta que cidadãos que compreendem o passado de forma mais complexa estão mais aptos a tomarem decisões mais racionais e conscientes, tanto no que se refere a assuntos presentes, como no tocante a decisões futuras. O autor considera importante que os vestígios patrimoniais sejam vistos sob a ótica educacional, especialmente porque “sociedades assim divorciadas da dimensão cognitiva dos bens culturais do passado tendem a não considerar o seu valor, substituindo-o por uma vaga e segmentada noção de memória, fonte de conflitos” (OOSTERBEEK, 2015, p. 24).

Lourenço (2015, p. 59) relata ser rara a preocupação, no Brasil, com significados e sentidos dos bens em relação à sua comunidade, quando se trata do patrimônio cultural. Faz-se necessário “compreender a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das sociedades humanas” (VECHIATTI, 2004, p. 94 apud LOURENÇO, 2015, p. 59). Nesse sentido, contempla a importância das relações interativas envolvendo cultura, pois “todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1997, p. 11 apud LOURENÇO, 2015, p. 59).

Entretanto, para que os espaços sejam efetivamente representativos, significativos, não basta somente reconstruir, restaurar ou reabilitar construções, materializar memórias. Para contribuir para a formação e manutenção de identidade urbana, os discursos devem possuir carga simbólica e sensível às vivências passadas, individualizadoras da história (PESAVENTO, 2005, p.

11). O tempo pode desgastar formas, por vezes tornando-as irreconhecíveis, além de modificar os espaços, “onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade” (PESAVENTO, 2005, p. 11).

Somando-se às memórias, tem-se o ambiente identitário, onde “o conceito de ‘lugar’ compreende um conjunto de informações físicas e simbólicas relacionadas a uma identidade particular e a existência de um espaço específico que se opõe à ideia de sítio genérico” (CAFÉ, 2011, p. 21). Considera-se, portanto, lugar como o espaço “formado por um contexto social, histórico, político, econômico, cultural e físico, englobando aspectos sensíveis, empíricos e simbólicos” (CAFÉ, 2011, p. 21).

PRESERVAÇÃO CULTURAL

Segundo Kühl (2008, p. 30), a preservação de bens culturais, vista especialmente a partir de finais do século XVIII, encontra fundamento em razões culturais, científicas e éticas. Culturalmente, é percebida “pelos aspectos estéticos, históricos, educacionais, memoriais e simbólicos” (KÜHL, 2008, p. 30). Cientificamente, registram-se os diversificados campos do saber que evoca. Eticamente, dá conhecimento às gerações futuras sobre os traços de gerações passadas e do conhecimento que esses bens revelam (KÜHL, 2008, p. 30).

Kühl (2008, p. 36), ao tratar do restauro como uma das formas de preservação, declara que as intervenções devem ocorrer de “maneira prudente, conscienciosa e respeitosa em relação ao passado, presente e futuro”, ofertando diálogo com outros campos do saber. Em uma escala mais ampla, pressupõe a inclusão de elementos contemporâneos em edificações que sejam de interesse à preservação. Quando desta elaboração, aos elementos preexistentes deve-se conceder o devido crédito, protagonizando a história que se propõe a registrar e perpetuar (KÜHL, 2008, p. 57).

Jacobs (2018, p. 209) aponta a natural substituição de alguns prédios antigos por novos, ou mesmo sua reforma, trazendo possível equivalência à nova obra. Situação que, ao longo do tempo, faz despontar uma mistura permanente de construções com idades diferentes. Economicamente pode acontecer a perda de valores venais, mas pode sugerir a transformação ao trazer um uso diverso. “O tempo pode transformar o espaço adequado para uma geração em espaço supérfluo para outra” (JACOBS, 2018, p. 209). Jacobs (2018, p. 215) ainda considera admiráveis “as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos [...] são desse tipo as pequenas transformações que estão sempre ocorrendo nos distritos em que há vitalidade e que atendem às necessidades humanas”.

Pode-se ressaltar que a reabilitação arquitetônica não somente reforça a importância patrimonial e a preservação da memória, como também permite que as edificações busquem se adequar às normas de desempenho e aos padrões de conforto relacionados ao uso do espaço, atendendo às novas sugestões da contemporaneidade. Essa situação conduz inclusive a efeitos

positivos no melhor desempenho nas construções, contribuindo para implantação de políticas e esforços de minimização dos problemas ambientais (MUNARIM, 2014, p. 23). Entretanto, torna-se necessário, também, estar atento e cuidar para “se evitar que a edificação histórica, reabilitada, atinja níveis de desempenho aquém daqueles apresentados por edificações novas” (MUNARIM, 2014, p. 24).

Ainda sobre os menores impactos ambientais trazidos através da reabilitação das edificações, torna-se relevante ressaltar que se deixa “de demolir prédios existentes para viabilizar construções novas, diminuindo a extração de matéria prima e geração de resíduos” (SILVA; TORRES; SALAMONI, 2017, p. 31). Condição que promulga e ressalta o valor cultural do bem ao reinserir as edificações ao contexto da nova temporalidade, valorizando-se sua história e a participação da sociedade nesse processo (SILVA; TORRES; SALAMONI, 2017, p. 31).

CONVERSÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS

Para Kühl (2008, p. 147), a memória segue o inexorável sentido da existência humana – a mudança. “Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois fica faltando uma plataforma de referência [...] É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identificação, conservação e desenvolvimento” (MENESES, 1978, p. 46 apud KÜHL, 2008, p. 147).

Segundo Pesavento (2015, p. 13), “todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço”. O passado denota temporalidades subjetivas, advindas das experiências e sentidos, qualificando-o como um lugar no tempo. O passado também evoca a significação que o passado possa trazer à recriação imaginária da cidade, contribuindo para uma leitura sensível do passado. “A arquitetura e a escrita aspiram, de certa forma, uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira a durabilidade” (PESAVENTO, 2015, p. 13).

Portanto, “toda arquitetura pode ser monumento, na medida em que encerrar uma memória, encarnar um sentido a ser recuperado”, levando-se em conta o sentido imbuído pela “palavra monumento: objeto que faz lembrar” (PESAVENTO, 2015, p. 16).

Segundo kühl (2008, p. 207), para Carbonara, a reutilização é “a forma mais eficaz para garantir a preservação de um bem (...) pois um monumento sem uso se deteriora de modo rápido, enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos”. Esse pensamento é corroborado pela reflexão trazida por Jacobs (2018, p. 209): “o tempo torna obsoletas certas estruturas para certos empreendimentos, e elas passam a servir a outros”. Assim como se percebe a natureza se transformando ao passar pelas sucessivas ações temporais, também as necessidades humanas e do ambiente construído se convergem a um constante processo de adaptação.

Para Gilioli (2017, p. 63), no processo de reutilização adaptável de uma edificação, “também conhecida como remodelação, requalificação, adaptação, conversão, reabilitação (*refurbishment*), renovação ou *retrofit*”, a mudança de função é considerada a etapa mais importante. “A função é a mais óbvia mudança, mas outras alterações podem ser feitas no próprio edifício como rotas de circulação, de orientação, de relações entre espaços, adições podem ser construídas em outras áreas podem ser demolidas (PLEVOET; VAN CLEEMPOEL, 2011, p. 90 apud GILIOLI, 2017, p. 63).

Segundo Gilioli (2017, p. 64), a adaptação de edifícios é um trabalho desafiador e criativo para os arquitetos, entendendo ser sustentável a apropriação das preexistências. A reutilização de edificações é prática antiga, porém era realizada aleatoriamente, sem reflexão e criticidade como se percebe mais atualmente. Durante o Renascimento, novos usos foram dados a monumentos, cujas intervenções pretendiam atender objetivamente as novas funções, independente do pensamento de preservação do patrimônio. “Na teoria e prática contemporânea da preservação, a reutilização adaptável é considerada uma estratégia de extrema importância” (PLEVOETS; VAN CLEEMPOEL, 2011 apud GILIOLI, 2017, p. 64).

Criar, portanto, novo significado para o patrimônio é trazer nova vida às edificações que constituem legado histórico, deixam marcas civilizatórias, perpetuam herança cultural em seus lugares. Condição que se percebe aplicada às importantes sedes bancárias frente à contemporaneidade. Segundo Abdalla e Oliveira (2019, p. 13), considera-se a edificação de uma agência bancária ser também parte representativa do capital social da empresa, indo além da sua mera representação arquitetônica.

Segundo a FEBRABAN (2019, p. 6), os canais digitais vêm impulsionando o crescimento das transações bancárias realizadas remotamente. Em 2018, contabilizou-se seis em cada dez operações bancárias executadas pelo computador ou celular, sendo esse aparelho responsável pelo crescimento de 24% de operações realizadas virtualmente em 2018. Pondera-se que praticidade, segurança e conveniência oferecidas pelos canais digitais incentivam a realização de negócios financeiros à distância (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 6; 48).

Apesar da marcante presença arquitetônica dos bancos em locais de destaque nas cidades, registra-se o crescente número de negociações bancárias, na atualidade, de maneira virtual, dispensando a obrigatoriedade da presença dos clientes nos espaços bancários tradicionais (ABDALLA; OLIVEIRA, 2019, p. 16). Essa situação promove a busca por recursos que permitem a tangibilização do poder simbólico dessas instituições.

Os espaços das instituições bancárias estudadas enfatizam o destaque que sua robusta arquitetura ocupa na cidade, implementando um novo significado, pois “com a obsolescência dos produtos que um dia teve sua função prática exacerbada, a função simbólica pode vir a se tornar a principal, inclusive, eliminando quase por completo a função anteriormente predominante” (BRAIDA; NOJIMA, 2014, p. 82). Nesse contexto a resignificação dos espaços de realização de negócios financeiros ressurgem em novas funções, justificando sua presença nos

locais nobres de implantação, exaltando sua identidade através da permanência arquitetônica na paisagem urbana.

Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo (CCBB SP)

O espaço onde hoje se encontra o CCBB SP foi adquirido pelo Banco do Brasil em 1923, recebendo alterações projetuais em 1927 do engenheiro-arquiteto Hippolyto Gustavo Pujol Junior (CENTRO..., 2020). Foi a primeira sede própria do Banco na cidade de São Paulo, situada à Rua Álvares Penteado, nº 112, funcionando como agência bancária até 1996 (CENTRO..., 2020; CCBB, [s.d.]).

O edifício, de estilo eclético, conta com elementos do neoclassicismo, *Art Nouveau* e *Art Déco*, constituindo-se um exemplo de arquitetura do início do século XX, sendo considerado moderno para a época, especialmente por ser agência bancária. Construção espaçosa, de cinco andares e um grande vão central, onde se destaca a claraboia, com grande cofre em seu subsolo. A partir de 1996 iniciou-se o projeto de reforma pelo arquiteto Luiz Telles, que procurou manter as características originais, a fim de receber o centro cultural, aberto em 2001, contribuindo para a renovação urbanística do centro histórico de São Paulo (Figura 1).

A centenária agência bancária, atualmente centro cultural, possui fachada e outros elementos tombados, em 2014, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e pelo Departamento do Patrimônio Histórico/Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (DPR/Conpresp). Oferece ao público diversificadas atividades culturais, resgatando o passado em um espaço que se ajusta atualmente à contemporaneidade.

Figura 1: Fachadas e vista interna da cúpula CCBB SP



Fontes: (1) <https://bit.ly/2XbyT8X>; (2) Foto: Paloma Romanos, 2016

Caixa Cultural – Centro Cultural São Paulo

O edifício ocupado pelo Caixa Cultural São Paulo foi inicialmente projetado para dar lugar aos escritórios administrativos da Caixa no estado, em 1907. Localizado à Rua Venceslau Brás, antiga Travessa da Sé, foi inaugurada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1939.

Possui caráter monumental no centro histórico da cidade, conivente à ideia de pujança estatal, sendo uma exaltação ao então governo Vargas (MENDONÇA, 2013, p. 17).

Sua arquitetura é um exemplar *Art Déco* na cidade, tombado como patrimônio municipal pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Seus elementos construtivos realçam sua imponência, com pórtico e colunas jônicas em granito preto e mármore nas paredes internas do térreo, pé direito duplo (Figura 2). Após reformas para a instalação do centro cultural em 1989, através de requalificação dos espaços e adequação tecnológica, foram criados espaços expositivos, sala de leitura, sala de oficinas, auditório, além do Museu da Caixa, divulgador do passado da instituição e memória do sistema financeiro nacional.

Figura 2: Caixa Cultural – Centro Cultural São Paulo



Fontes: (1) <https://bit.ly/2X8sjzU>; (2) <https://bit.ly/2XbuQJI>

Farol Santander – Bar do Cofre – São Paulo (SP)

Com construção iniciada em 1939 e inauguração realizada em 1947, o Edifício Altino Arantes abrigou o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) até 2001. É uma referência arquitetônica no centro financeiro da cidade de São Paulo. A tipologia do edifício, que tem proposta arquitetônica original de Plínio Botelho do Amaral, teve por inspiração o famoso edifício nova-iorquino *Empire State Building*, de estilo *Art Decó*. Sua presença imponente possui 35 andares e 161 metros de altura, sendo considerada a maior construção de concreto armado do mundo e, por quase 20 anos, a construção mais alta de São Paulo (DONATO; PRESTES, 2018; JAYO, 2018).

A edificação foi incorporada ao patrimônio do banco espanhol Santander em 2000 e em 2017 passou a ofertar o centro cultural do Banco Santander, que traz logo em sua entrada, com um pé direito de 16 metros, um lustre monumental de 13 metros e uma tonelada. Os demais andares abrigam salas de exposições, restaurantes, pista de skate, além do mirante, marco local da cidade. Em 2014 foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), confirmando o importante marco simbólico arquitetônico para a cidade e seu entorno (DONATO; PRESTES, 2018).

De acordo com Sanchez (2019) e Nunes ([s.d.]), em seu subsolo foi inaugurado, em fevereiro de 2019, o Bar do Cofre (Figura 3). Mantendo as características originais, inclusive o mármore que

reveste paredes e piso, o usuário tem contato com o espaço mais seguro das instituições bancárias, seu cofre, ao transpor uma porta de 16 toneladas, instalada em espaço que se assemelha a um bunker.

Figura 3: Farol Santander SP / Bar do Cofre SubAstor SP



Fontes (1): <https://bit.ly/2IKgWaS>; (2) <https://bit.ly/32afHJM>

RESULTADOS

As três edificações apresentadas neste artigo possuem datas construtivas em período pós segunda revolução industrial, época de fortalecimento econômico e de grandes transformações produtivas, marcada por crescimento acelerado e forte urbanização. Em apoio às prósperas atividades o setor financeiro incorporou operações diversificadas, para as quais adotou procedimentos permanentes de acompanhamento tecnológico.

Resultante de tal contexto, tem-se edificações bancárias de grandes corporações, inclusive decorrentes de fusão e aquisição – Banespa/Santander – implantadas em localizações privilegiadas, modelando cenário de riqueza e pujança econômica. Todas estão estabelecidas no centro financeiro da cidade de São Paulo (SP) e, ainda que contemplem estilos arquitetônicos distintos, são admirados pelo simbolismo intrínseco de segurança, poder e suntuosidade.

Apesar de as instituições perceberem a ocorrência de intensa migração dos serviços bancários para ambiente virtual, não prescindem das localizações ocupadas. Contrariamente ao movimento de ausência física de seu público nas agências, as instituições findam por alocar novas funções a esses espaços, visando garantir visitação por novos interesses, decorrentes da preservação arquitetônica de suas edificações, enobrecendo ainda mais o legado histórico e cultural por elas construído. O reconhecimento do valor cultural parte da vivência de uma sociedade perante o cenário constituído. Novos olhares são destinados às obras preservadas, cuja interação passa a permitir que um objeto privado anteriormente ganhe conotação de vivência pública, participando mais proximamente da relação social.

Nota-se que todos os espaços bancários estudados encontraram em atividades culturais a condição de perpetuar a sua imagem frente ao mercado. Todos encerram em seus prédios centros culturais de relevante reconhecimento. Além de apresentarem museus voltados para as funções exercidas anteriormente, agregam outras atrações temporárias, como exposições itinerantes, e ainda suporte gastronômico. Em se tratando do Bar no Cofre, tem-se uma atração à parte, pois revela uma estrutura de segurança máxima na atividade bancária, observada pelos usuários quando atendidos peculiarmente entre mobiliário de guarda de valores, atualmente convertidos em moedas virtuais.

Segundo Kühl (2008, p. 282), “é preciso assegurar o direito à história e à memória – e seu extraordinário poder como propulsora de transformações – como uma necessidade humana e social, que implica o “imperativo moral” pela preservação”. Abstrai-se que esses novos usos e funções deixam uma imagem refletida de memórias e significados, sem deixar de fazer uma ponte com a contemporaneidade, marcando um laço cultural atemporal, constituindo-se, portanto, tanto uma estratégia de preservação do patrimônio como de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos apresentados neste artigo remetem à arquitetura simbólica e à sua perpetuação histórica como preservação material e imaterial da cultura de uma sociedade. São marcas que não devem ser eliminadas, mas exaltadas. A sensibilidade sobre a compreensão de fatos e tempos é determinante para que se conquiste um futuro com identidade, com uma história tanto coletiva como individual. Não se trata de padronizar existências, criar regras sem entender a carga simbólica que os tempos deixam. Trata-se de respeitar memórias, lembranças, existências e o meio ambiente inclusive.

Os espaços estudados reverberam a harmonia que pode existir entre passado, presente e futuro. A contemporaneidade é fruto de um passado, que soube interpretar e entender as mudanças e transformações como condição permanente a qualquer existência. Portanto, dar voz à história é permitir um crescimento consolidado no patrimônio social.

Por fim, ressalta-se que o estudo das transformações da arquitetura bancária, sobretudo das conversões das agências financeiras em centros culturais, revela que a arquitetura simbólica contribui na perpetuação histórica, promovendo sustentabilidade ambiental e cultural para a sociedade à qual seja referência, além de fomentar a consolidação do patrimônio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, José Gustavo Francis; OLIVEIRA, Juliana Similli de. Teatralidade da arquitetura bancária em Juiz de Fora: arquitetura, planos e paisagem. In: BRAIDA, Frederico et al. (Orgs.). **Arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora: bancos, clubes, museus e universidades**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. p. 6-30.

BRAIDA, Frederico; NOJIMA, Vera. L. **Tríades do design: um olhar semiótico sobre a forma, o significado e a função**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

CAIXA CULTURAL. **Caixa Cultural**. 2015. Disponível em: <http://www.caixacultural.com.br>. Acesso em: 19 mai. 2020.

CENTRO Cultural Banco do Brasil (CCBB). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao16570/centro-cultural-banco-do-brasil-ccbb>. Acesso em: 19 maio 2020.

DONATO, Verusca; PRESTES, Caio. **Farol Santander, antigo prédio do Banespa, é aberto para visitaçãõ nesta sexta em SP**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/aniversario-de-sp/2018/noticia/farol-santander-antigo-predio-do-banespa-e-aberto-para-visitacao-nesta-sexta-em-sp.ghml>. Acesso em: 19 maio 2020.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS; DELOITTE – DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária**: FEBRABAN, 2019. Sl.: FEBRABAN, 2019. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/financial-services/articles/pesquisa-deloitte-febraban-tecnologia-bancaria.html>. Acesso: 18 maio 2020.

GILIOI, Leandro Nicoletti. **Estudo para possíveis ações sustentáveis nas práticas de restauração do patrimônio cultural**: análise de três obras em Curitiba. Dissertação de Mestrado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de pós-graduação em Engenharia Civil, Curitiba, 2017. 238 f.

JACOBS, Jane. A necessidade de prédios antigos. In: JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martim Fontes, 2018. p. 207-220.

JAYO, Martin. Sobre o Farol Santander. Edifício Altino Arantes, antiga sede do Banespa, muda de nome. **Arquitetismo**, São Paulo, v. 11, n. 130.06, Vitruvius, jan. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/11.130/6858>. Acesso em: 19 mai. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos do restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LOURENÇO, Alessandra Spitz G. A. Patrimônio Cultural e Cidadania. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 55-74.

LYNCH, Kevin. A forma da cidade. In: LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo: Martim Fontes, 2011. p. 101-132.

MENDONÇA, Rodrigo Melgaço Furtado de. **A Caixa Cultural SP na promoção da cidadania cultural**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MUNARIM, U. **Benefícios ambientais da preservação do patrimônio edificado**: análise do ciclo de vida da reabilitação de edificações vs. nova construção. Tese. 2014. 290 f. (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

OOSTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da globalização. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 13-29.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. v. 2, n. 4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. ago.-dez. 2005.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SANCHEZ, Leonardo. **Antigo cofre de banco se transforma em bar de drinques no SubAstor no Farol Santander.** 2019. Disponível em: <https://guia.folha.uol.com.br/bares/2019/01/antigo-cofre-de-banco-se-transforma-em-bar-de-drinques-do-subastor-no-farol-santander.shtml>. Acesso em: 19 maio 2020.

SEGRE, Roberto. Memória e Modernidade. In: SEGRE, Roberto. **Arquitetura contemporânea brasileira.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004. p. 56.

SILVA, Mariana Estima; TORRES, Ariela da Silva; SALAMONI, Isabel Tourinho. **Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 27-44, jul.-dez., 2017.**